

BRASIL, ISRAEL E PALESTINA: A POLÍTICA EXTERNA DE LULA E SEUS DESDOBRAMENTOS PERANTE OS CRIMES DE GUERRA COMETIDOS POR ISRAEL CONTRA A PALESTINA

KÁLITA TAQUES DE BRITO¹; BRUNO CARDOSO CABRAL²; DIEGO RABELO NONATO³

¹UFPEL – kalitataques@gmail.com

²UFPEL – brunocabral46@gmail.com

³UFPEL – diego.rabelo@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Antes de compreender como o Brasil se posiciona acerca do conflito Israel x Palestina, percebemos que era importante entender o porquê do conflito existir em primeiro lugar. O Estado de Israel como entendemos hoje nem sempre existiu, durante muito tempo a região foi dominada por diversos povos, tendo importância histórica e religiosa tanto para Judeus, quanto para Mussulmanos e Cristãos.

A Palestina, após a queda do império Otomano foi colonizada pelos britânicos, com sua população sendo majoritariamente composta por árabes mussulmanos. Embora ela tenha importância histórica para o povo Judeu, a Palestina não era a única opção cogitada pelos Sionistas, a preferência seria por uma região menos povoada, uma frase difundida entre os sionistas era a de “uma terra sem povo para um povo sem terra”.

Destacamos que, o projeto sionista nunca se preocupou de verdade com o povo Palestino, muitas vezes nomeando-os como barbáros, em seu livro “O Estado Judeu” Theodor Herzl, tido como um dos precursores do sionismo, destaca para o “ocidente” porquê um Estado Judeu no Oriente Médio seria de seu interesse:

“Para a Europa, formaríamos ali parte integrante do baluarte contra a Ásia: constituiríamos a vanguarda da cultura na sua luta contra a barbárie. Como Estado neutro, manteríamos relações com toda a Europa que, por sua vez, teria de garantir nossa existência. Quanto aos Lugares Santos da cristandade, poder-se-ia encontrar uma forma de extraterritorialidade, de acordo com o direito internacional...” (Herzl 1998, p.24)

Apesar da Palestina não ser uma “terra sem povo” o projeto sionista como bem sabemos obteve sucesso na região, no inicio comprando terras de Palestinos e enviando colonos durante a primeira metade do século XX e obtendo apoio internacional massivo após os horrores do holocausto nazi-fascista (Shlaim 2014). Em 1947 foi aprovada em uma assembléia na recém nascida ONU a divisão da Palestina em um Estado judeu e um árabe, contando com uma participação importante do Brasil com o então chanceler Oswaldo Aranha (CASARÓES, 2014).

Entretanto, até o ano de 2003, quando se iniciou o primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil não se preocupava em estabelecer acordos e relações com países do Oriente Médio, com exceção do Iraque, tendo

em vista a crise do petróleo. É somente após o subsequente choque do petróleo em outubro de 1973 que o Brasil, influenciado por fatores sobretudo econômicos passou tanto a desempenhar de forma mais expressiva relações com os países árabes quanto a se envolver mais empenhadamente com o conflito que se dava entre Israel e a Palestina.

Contudo, é somente com Lula em seus dois primeiros mandatos, de 2003 à 2010, que o Brasil, movido tanto por fatores econômicos e políticos, como os de alcançar um maior protagonismo internacional e com o objetivo de se mostrar para o mundo como um possível mediador de conflitos, saiu de seu entorno regional e passou a assinar acordos econômicos com a região, passando a se envolver, fora do âmbito da ONU, com o conflito Israelo-palestino, contudo evitando alinhar-se rigidamente a qualquer uma das partes envolvidas, partindo assim, de uma abordagem sustentada pelos princípios de não intervenção e respeito à soberania dos Estados (Casarões, 2014). Desse modo, durante os seus dois primeiros mandatos, o governo de Lula promoveu uma política tímida perante o conflito, que buscava um constante equilíbrio nas relações internacionais e promoção da paz, rompendo com essa política apenas em seu terceiro mandato, quando outro conflito entre Israel e a Palestina se iniciou em 07 de outubro de 2023, onde passou a denunciar mais duramente Israel por promover um genocídio em Gaza e uma diversa lista de crimes de guerra (UOL, 2025).

Desta maneira, este trabalho, motivado pelo conflito atual que se inicia em 07 de outubro de 2023, pretende analisar as tradições da política externa brasileira que se mantiveram durante os dois primeiros mandatos do Governo Lula, com foco no conflito israelo-palestino. O trabalho busca, ainda, apresentar perspectivas para o conflito atual, em que o Brasil conta novamente com a liderança do presidente Lula, porém com um contexto geopolítico e midiático completamente diferente, onde, no presente momento, o presidente Lula acusa inadvertidamente Israel de cometer diversos crimes de guerra contra o povo palestino, utilizando a oferta de alimentos como estratégia de exterminio.

2. METODOLOGIA

O trabalho consiste em uma análise bibliográfica que se iniciou através da disciplina de Política Externa Brasileira Contemporânea (PEBC) situada no curso de Relações Internacionais, cuja limitação era se manter na PEBC até o segundo mandato do governo Lula. O tema escolhido por nós foi “A política externa brasileira nos dois primeiros mandatos do governo Lula (2003-2010) referente ao conflito Israel-Palestina”. A partir da realização do presente trabalho continuamos a pesquisar acerca do tema, incluindo em seu desenvolvimento textos e artigos referentes à política externa brasileira atual, mais especificamente ao conflito que se inicia em outubro de 2023 entre Israel e a Palestina no qual novamente o Brasil se encontra sob a governança do presidente Lula.

A nossa análise bibliográfica começa com a bibliografia indicada pela professora da disciplina de PEBC, mas se expande com textos e referências da área das Ciências Sociais, alguns citados nessa bibliografia inicial e outros indicados pelo nosso orientador.

Para compreender o tema, destacamos alguns textos essenciais. **O Estado**

Judeu foi fundamental para entender a base da ideologia sionista. **The Iron Wall: Israel and the Arab World** nos ajudou a analisar a história da ocupação israelense na Palestina e os grupos políticos envolvidos. **A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina** foi essencial para identificar as mudanças na política externa brasileira durante os governos Lula 1 e 2. Já **O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antisemitismo, voto majoritário ou promotor da paz?** nos permitiu compreender o posicionamento histórico do Brasil sobre o tema. Além dessas referências principais, autores como Edward Said, Breno Altman, Celso Amorim e Zeev Jabotinsky serviram como base teórica para a pesquisa sobre o conflito.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante os dois primeiros mandatos do Governo Lula o Brasil juntamente com o chanceler Celso Amorim, promovia uma política de autonomia pela diversificação, que procurava, dentre outras coisas, inserir em sua agenda global temas relativos à paz e à segurança internacional. De maneira que, seguindo uma tradição da política externa brasileira do século XX, Lula manteve em seus dois primeiros mandatos uma política tímida posicionando-se, mesmo que de modo receoso, em favor da causa palestina, contudo sem deixar de reconhecer o Estado de Israel como legítimo e de expressar preocupação com sua segurança fronteirista.

Já em seu terceiro mandato, rompendo com a tradição dos seus governos anteriores, Lula passa a denunciar mais duramente os crimes de guerra cometidos por Israel contra civis palestinos e a emergência do fim do conflito, como também passa a expressar a necessidade da criação de um Estado Palestino soberano e a recuperação das terras palestinas ocupadas por Israel, chegando a expressar, através de nota pública, grave preocupação com a anunciada intenção israelense de permitir ingresso mínimo de alimentos e remédios em Gaza, recordando Israel que o uso da fome como método constitui crime de guerra (Ministério das Relações Exteriores, 2025). Desse modo, imerso em um contexto geopolítico e midiático completamente diferente, Lula passa a se solidarizar com o povo palestino, se colocando fortemente contrário as ações israelense no conflito e até mesmo se emocionar publicamente com a morte de crianças e mulheres inocentes vítimas de Israel (UOL, 2025). Contudo o governo israelense tem adotado uma postura combativa em relação a qualquer crítica ao genocídio praticado, acusando seus opositores de antisemitas, com respaldo internacional dos EUA (Agência Brasil, 2025).

4. CONCLUSÕES

Assim, concluímos que tanto a geopolítica internacional e a resolução do conflito entre Israel e a Palestina quanto às medidas tomadas através da política externa brasileira, referente ao conflito, ainda são incertas e necessitam de atenção contínua de analistas e formuladores de políticas. Tendo em vista que embora o governo brasileiro esteja adotando um discurso mais duro contra Israel, lhe denunciado por praticar um genocídio contra a Palestina, cometendo uma enorme lista de crimes de guerra, o Brasil vem enfraquecendo suas relações diplomáticas com Israel, contudo medidas mais drásticas contra o país ainda não foram tomadas, uma vez que as ações seguem somente no campo discursivo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Trump impõe novas sanções a quatro juízes e promotores do TPI.** Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-08/governo-trump-impoe-novas-sancoes-quatro-juizes-e-promotores-do-tpi>>. Acesso em: 29 ago. 2025.

ALTMAN, Breno. **Contra o sionismo:** retrato de uma doutrina colonial e racista. São Paulo: Alameda, 2023.

AMORIM, Celso. **Política externa, democracia, desenvolvimento:** gestão do Ministro Celso Amorim no Itamaraty. Brasília: FUNAG, 1994.

BALFOUR, A.J. **Balfour Declaration,** 1917. Disponível em: http://www.mfa.gov.il/MFA_Graphics/MFA%20Gallery/2003/3/MFAJ0ca10.jpg. Acesso em: 12 mar. 2024.

CALANDRIN, Karina Stange. **Da equidistância ao alinhamento:** o posicionamento brasileiro no conflito Israel-Palestina. CEBRI-Revista Ano 3, Número 10 (Abr-Jun): 63-83. 2024.

CASARÕES, Guilherme; VIGEVANI, Tullo. **O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antisemitismo, voto majoritário ou promotor da paz?** História (São Paulo), 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/DVn6PHTMxSmfxzNGtVLGPTr/?format=pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

HERZL, Theodor. **O Estado Judeu,** 1998. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/312367851-o-estado-judeu-theodor-herzl-iba-mendespdf-pdf-free.html>. Acesso em: 12 mar. 2024.

JABOTINSKY, Zeev. **The Iron Wall,** 1923. Disponível em: https://www.jewishvirtuallibrary.org/quot-the-iron-wall-quot#google_vignette. Acesso em: 12 mar. 2024.

SAID, Edward W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Ministério das Relações Exteriores. 2025. **“Nova ofensiva israelense no Estado da Palestina”.** Gov.br, 21 de maio de 2025. https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nova-ofensiva-israelense-no-estado-da-palestina.

SHLAIM, Avi. **The Iron Wall:** Israel and the Arab World. W. W. Norton & Company, 2014.

UOL, 2025. **“Genocídio premeditado: Lula critica Israel e se emociona sobre Palestina”.** UOL, 05 de junho de 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/06/05/genocidio-premeditado-lula-critica-israel-e-se-emociona-sobre-palestina.htm?cmpid=copiaecola>.